

O PATRIOTISMO E O NACIONALISMO DO MIGRANTE

Wolfgang Theis,

Universität für künstlerische und industrielle Gestaltung Linz

wolfgang.theis@ufg.ac.at

Em momentos em que a globalização e as sociedades multiculturais são símbolos de desenvolvimentos sociais, e quando a globalização também significa a entrada de novas idéias, novas formas de negócios e novos migrantes, ressurgem alguns antigos e terríveis monstros do passado: o patriotismo e seu irmão feroz, o nacionalismo. Especialmente em momentos de crise econômica, esses dois irmãos emergem de recantos obscuros, em busca de atividades canibais. “O nacionalismo é um espectro que surge do abismo em várias formas; ele se abre no colapso da razão política e não pode ser combatido pela razão” (Flusser, 2007 [dois mil e sete], p. 117). Naturalmente, primeiro precisamos definir patriotismo e nacionalismo; então, poderemos ver como eles estão ligados aos migrantes e à migração.

1. Patriotismo

De forma geral, patriotismo é o amor que se sente por um país ou local, pela simples razão de residir nesse país. Ao longo dos anos, entretanto, o termo ‘patriotismo’ sofreu várias mudanças de significado; é muito importante observar o contexto em que o termo é utilizado. O termo em si vem do grego “*patriotes*”, que significa apenas “*habitantes de um mesmo local*”. O substantivo abstrato “*patriotismo*” surgiu pela primeira vez no século 18 (dezoito), como uma reação à Revolução Francesa. Não significa necessariamente que a pessoa não tem uma atitude crítica em relação às ações de seu país: “o patriotismo não exige que a pessoa concorde com tudo o que o seu país faz; na verdade, ele até promoveria o questionamento analítico, na busca de fazer com que o país seja o melhor possível” (Sócrates, citado por Euben, 2002 [dois mil e dois]). A atitude crítica de vários professores universitários em relação às ações dos Estados Unidos depois do onze de setembro (11/09) levou a muitas acusações por parte dos estudantes, que chamavam esses professores de “anti-patrióticos”, mas as pessoas mais preparadas sabem que a crítica e o desenvolvimento de uma atitude crítica são técnicas culturais da sociedade ocidental, absolutamente necessárias para o desenvolvimento contínuo de uma sociedade (Theis, 2009).

O patriotismo se desenvolveu no século 18 (dezoito), como o filho mais velho da Revolução Francesa. Com a emergência dos estados nacionais, surgiu também o segundo filho: o nacionalismo, que se desenvolveu mais tarde. Por isso, também trataremos dele mais tarde. A noção clássica de patriotismo mais conhecida provavelmente é a de Montesquieu: ele descreve as virtudes de uma república regida pela lei, na qual há um certo grau de igualdade entre os cidadãos, e onde há uma devoção ao bem comum (veja Montesquieu, 1986 [mil novecentos e oitenta e seis]). O princípio de um legislador também pode ser encontrado em Rousseau, no “*Contrato Social*”, onde ele requer que a igreja também ensine patriotismo aos seus membros (Rousseau, 2010). Durante o Iluminismo, patriotismo e religião eram mutuamente exclusivos, pois foi nesse período que a separação entre estado e religião finalmente se estabeleceu. Por isso, muitas vezes se argumentou que os clérigos não deviam agir

como professores, porque a “pátria” deles seria um problema: eles não conseguiriam criar amor pela terra pátria nos corações de seus estudantes. De forma geral, podemos dizer que, ao longo do século 18 (dezoito), o patriotismo era socialmente coesivo por natureza, e atravessava as fronteiras sociais, por ser dedicado ao bem comum.

2. Nacionalismo

Como eu já mencionei, o nacionalismo é o segundo filho da Revolução Francesa. Ele nasceu do patriotismo, tomando uma forma mais severa e mais agressiva, e tornou-se o pensamento e idéia políticos dominantes do século 19 (dezenove), que já foi descrito como o “século do nacionalismo”.

De forma geral, podemos dizer que o nacionalismo é uma profunda identificação com uma entidade política, que é definida em termos nacionais, significando que essa entidade seria uma nação. O termo vem do latim “*natio*” e significa “*nascimento, origem, povo*”. Assim, essas entidades são nações, não necessariamente ligadas ao conceito de país. Um país é mais como uma terra que pertence a uma nação. Por exemplo, quando falam da Nação Alemã (ou nação “falante de alemão”), os nacionalistas se referem a três países: Alemanha, Áustria e Suíça. Estes são três países ou estados independentes, que têm um ponto comum – a língua dominante, falada e escrita, é o alemão. O conceito de nação, portanto, pode incluir vários países, quando é utilizado de forma abstrata.

Existem várias formas de nacionalismo. Há o nacionalismo cívico, baseado na idéia de que todos os que vivem em um território, independentemente de sua origem, participam do processo decisório de uma nação. A participação é voluntária e influenciou democracias representativas, como os Estados Unidos e a França. O etnocentrismo é outra forma de nacionalismo: neste caso, alguns grupos étnicos glorificam outras nações ou regiões, como, por exemplo, no movimento ‘*Back to Africa*’ (de volta à África), fundado nos Estados Unidos no início do século 19 (dezenove), ou a Nação Islâmica, que também se promove, com o símbolo da lua crescente, como um movimento religioso para levar afro-americanos de volta à terra de seus ancestrais, para mostrar sua superioridade em relação aos outros. O etnocentrismo influenciou os movimentos nacionalistas socialistas e fascistas e as ideologias, de tal forma que as teorias do século 19 (dezenove), que afirmavam que havia uma raça superior e que todas as outras são inferiores, foram postas em ação. Os resultados foram campos de concentração e milhões de vidas perdidas. O etnocentrismo acompanha o nacionalismo expansivo, no qual uma nação exige espaço em outros territórios, pois seu próprio território seria muito pequeno para satisfazer as necessidades daquela nação. O nacionalismo de esquerda combina as ideologias de esquerda do socialismo e do comunismo com as idéias nacionalistas. Movimentos de libertação como o Congresso Nacional Africano, na África do Sul, ou o movimento 26 (vinte e seis) de julho, de Fidel Castro, geralmente usam este tipo de combinação ideológica para promover seus objetivos. O nacionalismo territorial assume que todos os habitantes devem lealdade ao seu país de nascimento ou de adoção. Ele estabelece uma cultura de massa baseada nos valores e tradições comuns do povo. A pior forma de nacionalismo é o ultra-nacionalismo, que freqüentemente leva a conflitos entre estados e até mesmo a guerras. O fascismo e suas formas são movimentos ultra-nacionalistas, que exigem devoção absoluta a um líder forte, que tomou o Estado através de uma revolução, com a intenção de criar um Estado perfeito. No ultra-nacionalismo, o indivíduo não tem valor nenhum, enquanto a coletividade, o povo abstrato, é tudo.

3. O migrante e o convidado

Então, o que é um migrante? Em termos sociológicos, um migrante é alguém que mudou sua localização, de forma temporária ou permanente. A definição exata de um migrante, ou seja, se a mudança de casa ou de apartamento, por exemplo, constitui ou não migração, é bastante difícil, pois a migração sempre é um ato individual, e o próprio migrante também precisa se identificar com a migração (veja Hoffmann-

Novotny, 1970). Apenas quando o migrante se aceita como migrante é que é possível falar de migração em si.

O ato da migração pode ser desencadeado por vários fatores, contra e a favor; um desses fatores pode ser a liberdade de escolher um novo “*Heimat*”, um local de adoção, escolhido deliberadamente, por várias razões. Pode ser o ambiente cultural, a mentalidade do povo, a comida, o clima, etc. Os motivos para escolher o local são incontáveis, e sempre individuais. A migração para um local de adoção sempre é também um passo em direção à liberdade. Se a migração não é o resultado da livre escolha de um local, a situação é diferente. Especialmente quando há migrações de grandes números de pessoas, o migrante é visto como uma ameaça, um perigo iminente aos hábitos e cultura locais. Vamos lidar com este tópico mais adiante.

Na maior parte das culturas, o migrante também é visto como um convidado. Um convidado é “uma figura constante em todos os mitos, e a hospitalidade é parte de todos os rituais. [...] quando um estrangeiro surge, ele aparece como um ser estranho, inusitado, surpreendente, suspeito, ou seja, totalmente “diferente”. Todos esses atributos são as características típicas dos seres divinos. A hospitalidade é um ritual, que busca agradar o divino, o ‘outro’. [...] em muitas culturas, diz-se que ‘ter um convidado em casa é ter um deus em casa’” (Flusser, 2007, p. 51). Segundo Flusser, quando alguém viaja do norte para o sul do Brasil, o grau de hospitalidade vai caindo conforme se vai mais ao sul (Flusser, 2007, p. 52). Isto provavelmente é causado pela herança e influência coloniais, já que as grandes ondas de imigração para o Brasil foram para o sudeste e para o sul do país, enquanto o norte e o nordeste permaneceram intocados; por isso, a chegada de estrangeiros tornou-se uma experiência rara nesses locais. Mas um convidado é uma figura temporária, enquanto um migrante pode se tornar um residente permanente, se as condições permitirem. No entanto, essas condições também podem fazer com que um convidado se transforme em um migrante, que por sua vez se transforma em um residente. Este é um processo que pode estar relacionado com a adoção de um local ou país para viver e permanecer. Este local torna-se, então, um “*Heimat*” para o migrante.

4. O trabalhador estrangeiro

Quando um migrante se muda, ele sempre leva consigo uma parte das coisas do seu local de origem. Estas coisas são parte da vida diária do migrante, e não podem ser deixadas para trás quando se cruza uma fronteira. Conflitos étnicos, questões políticas, assuntos culturais, dilemas morais, tudo isso está internalizado e presente, onde quer que o migrante vá. Quando o migrante se acomoda no seu novo local, estes conflitos tendem a reaparecer. Algumas vezes, eles reaparecem até mais fortes do que antes, e causam mais do que apenas problemas interiores para o migrante. Eles podem também causar grandes conflitos, seja entre vários grupos de migrantes, seja entre os migrantes e a sociedade que os recebe. Quando a guerra dos Balcãs estourou em 1991, alguns *gastarbeiter* da ex-Iugoslávia voltaram ao seu país de origem para lutar; seus filhos, que só conheciam esses países das férias, também voltaram para lutar ou passaram a lutar entre si nas ruas da Áustria, o país que os recebera há tantos anos. Muitas vezes, os migrantes iam aos Balcãs na sexta-feira, lutavam aos sábados e domingos, e voltavam aos seus trabalhos na Áustria na segunda de manhã. Os “guerreiros de fim-de-semana” lutaram nas guerras dos Balcãs. O patriotismo (ou seria nacionalismo?) que eles sentiam pelo seu país de origem era tão forte que eles não pensavam sobre a segurança e a vida boa que tinham na Áustria. Eles lutaram na guerra só para fazer parte dela, só para dizer que foram eles que lutaram contra os invasores ou que tentaram salvar a Federação da Iugoslávia de tendências separatistas.

O patriotismo e o nacionalismo não são um privilégio da nação que recebe os migrantes; eles também estão profundamente enraizados nos migrantes, e os migrantes os carregam para onde forem. Os imigrantes turcos exibem com orgulho as suas bandeiras vermelhas com a lua crescente, o símbolo do Islã; ao mesmo tempo,

diz-se que Mustafá Kemal Pasa, também conhecido como Attaturk, viu a lua crescente refletida em um rio que estava vermelho com o sangue dos soldados mortos na campanha de Galípoli. Devido a essa experiência, ele decidiu que a bandeira da nova república turca seria vermelha, para honrar os soldados mortos, com a lua crescente e a estrela, para simbolizar a chegada de uma nova era para a Turquia. Há outras lendas semelhantes, tendo como personagem o Seljuk Khan Alp Arslan após a Batalha de Manzikert (ou Malazgirt), em 1071 (mil setecentos e um), ou o assassinato do sultão Murat I (primeiro), no ano de 1389 (mil trezentos e oitenta e nove). Estas lendas têm como traço comum o vermelho, que é o sangue de soldados turcos mortos na guerra, e o reflexo da lua crescente. Quando os imigrantes turcos querem mostrar respeito ao país que os recebe, eles mostram a bandeira desse país ao lado da bandeira turca. Mas eles nunca mostrariam apenas a bandeira do país de adoção. A bandeira turca sempre está ao lado, porque eles têm medo de perder sua identidade e ser assimilados se não houver mais nada turco à mostra. Se não há símbolos nacionais, também não há mais caráter nacional turco. Aliás, há um dispositivo legal na Turquia – o famoso artigo 301 (trezentos e um) do Código Penal turco –, que foi introduzido no ano de 2005 (dois mil e cinco) e que torna ilegal insultar a Turquia, a etnia turca, ou as instituições governamentais turcas. A redação original do artigo era a seguinte:

“1. Qualquer pessoa que denigra em público o caráter nacional turco, a república ou a assembleia nacional da Turquia, será punida com a prisão pelo período de seis meses a três anos.

2. Qualquer pessoa que denigra em público o governo da república da Turquia, as instituições jurídicas do Estado ou as organizações militares ou de segurança será punida com a prisão pelo período de seis meses a dois anos.

3. Se a denigração do caráter turco é cometida por um cidadão da Turquia, a pena será acrescida de um terço.

4. A expressão das idéias com intenção de crítica não deve constituir um crime.” (Anistia Internacional, 2005)

Desde que esse artigo entrou em vigor em dois mil e cinco, muitas pessoas já foram processadas. O caso mais famoso é o do autor Orhan Pamuk, vencedor do prêmio Nobel de literatura, que ousou se manifestar sobre o genocídio dos armênios e o assassinato de curdos pelo exército turco. As acusações contra Pamuk foram retiradas pela instância máxima da justiça turca, que é o próprio ministro da Justiça (BBC, 2006). Pode soar estranho, mas parece que na Turquia o nacionalismo é implementado por uma lei oficial, ao invés de vir do próprio indivíduo. Mas, aos olhos do mundo, os turcos são vistos como um povo muito nacionalista, mesmo que não sejam, porque o seu conceito de nacionalismo parece ser diferente da compreensão comum do termo no resto do mundo.

Então, quando os migrantes trazem seu próprio nacionalismo para o país de adoção, isto torna muito difícil, se não impossível, integrá-los à nova sociedade. Eles preferem ficar entre eles, e só fazem contato com os nativos se for absolutamente necessário. O país de adoção é visto como uma ameaça à própria identidade e personalidade, mas o contrário também ocorre: o migrante é visto como uma ameaça à identidade e à personalidade dos locais.

5. O povo e o papel

Como já vimos, o termo ‘nação’ é bastante recente. Por ser uma criação da Revolução Francesa, o termo ‘nação’ ofereceu para a classe média da época uma categoria de pensamento, e “ofereceu à burguesia uma consciência errônea, a consciência nacional” (Flusser, 2007, p. 114). Atualmente, esta categoria de pensamento não é mais operante, e é completamente desprovida de propósito; entretanto, ela continua sendo utilizada pelas elites políticas, como um argumento contra a globalização e a infiltração de migrantes no povo. Primeiro, temos que identificar o que é este termo abstrato, o “povo”. Geralmente, ele é utilizado para descrever uma comunidade

lingüística; mas esta definição é problemática, porque uma linguagem consiste de códigos, que devem ser constantemente renovados e re-identificados. Segundo Flusser, o alemão é uma língua de papel (desde a Idade Média), e por isso o povo alemão também seria de papel. Os bosques alemães precisam florescer, para que se possa produzir esse papel que vai unir o povo alemão (Flusser, 2007, p. 115). Esse caso de papel pode ser a razão para haver tantos elementos biológicos envolvidos no nacionalismo (sangue, terra, raça, ecologia, etc): para super-compensar (Flusser, *ibid.*). Talvez seja essa super-compensação que atraia pessoas sem qualquer perspectiva na vida para seguir slogans e partidos nacionalistas, que prometem o céu e a terra mas não cumprem nenhuma de suas promessas quando chegam ao poder. Eles tendem a esquecer os seus eleitores assim que sentam em suas cadeiras e distribuem os frutos de sua pilhagem entre a própria classe dominante.

Uma vez que o termo “povo” foi introduzido, devemos discutir também qual é o tipo de estado. O termo “nação” vem da França, onde, com origem na Revolução Francesa, a nação substituiu o rei como chefe do estado. Portanto, todo estado é visto como um estado nacional, que não tem um rei como chefe de estado. O conceito de “povo”, por sua vez, tem origem na Alemanha, onde há três opções para a forma do Estado: 1) um povo, um império e (provavelmente) um líder; 2) um povo e vários impérios; e 3) um império com vários povos em seu interior (Flusser, 2007, p. 115). Os verdadeiros nacionalistas preferem a primeira opção, porque eles também desejam um líder forte. Isto aconteceu na Alemanha, no período nazista, e até mesmo nos países democráticos da África: o desejo por um líder forte está sempre presente. Nós sabemos o resultado da versão alemã, e ainda assim a figura de Adolf Hitler fascina os brasileiros. Na imprensa brasileira, todos os meses há alguma coisa sobre ele; algumas pesquisas alemãs mostraram que as vendas disparam quando há uma foto de Hitler na capa da revista (Gaertner, 2005). Pode ser que as vendas aumentem por causa da curiosidade dos leitores em saber se há algo novo sobre este personagem carismático e sobre o mito que envolve essa figura histórica. O ícone nacionalista vende.

Segundo Flusser, o populismo brasileiro, como é utilizado na política, é o anti-nacionalismo, nação contra povo (Flusser, 2007, p. 115). Para falar de nação brasileira, é preciso pensar que essa nação surgiria dos vários grupos étnicos que formam o Brasil. Por isso, projetos como a Transamazônica ou a capital, Brasília, seriam construídos. Já aqueles que dizem “*o povo unido não pode ser vencido*” acreditam que todos esses projetos deveriam ser demolidos para “plantar feijão preto no sertão” (Flusser, 2007, p. 115f). Podemos ver, portanto, que os conceitos de nação e de nacionalismo não são os mesmos em qualquer lugar do mundo. Geralmente, eles são vistos de um ponto de vista eurocêntrico, já que o termo tem raízes européias. Além disso, a definição de “povo” vem da Europa Central. Esses conceitos não podem ser simplesmente transferidos para os residentes de outros países, porque estes “não pensam do jeito alemão” (Flusser, 2007, p. 115). Especialmente quando se trata das três definições de ‘povo’ e de ‘estado’ que mencionamos acima, isto pode causar problemas para a compreensão em uma discussão intercultural sobre migração, nacionalismo e Estado.

6. O migrante e o nacionalismo nativo

Quando os migrantes chegam em grandes números, eles são vistos como uma ameaça pela população nativa. Eles carregam com eles esse segredo ameaçador, que os nativos não conseguem descobrir, já que eles têm medo que o migrante descubra o âmago de seu “Heimat” e que seus códigos secretos se revelem banais (Flusser, 2007, p. 29). Por isso, os nativos desenvolvem, primeiro, uma forma de patriotismo; quando isso não é suficiente, eles se voltam ao nacionalismo, já que esta é uma forma mais agressiva de se defender dos invasores, e também para defender os valores que eles consideram importantes para ser uma nação. Eles constróem muros para protegê-los dos refugiados, e não percebem que esses muros também podem se

tornar uma prisão. Eles vão precisar criar janelas e portas se quiserem saber sobre o mundo lá fora; mas essas aberturas também significam que eles terão que permitir às pessoas de fora que olhem para dentro; as portas são aberturas dialéticas entre o 'dentro' e o 'fora'. São portões para um mundo desconhecido, que pode oferecer oportunidades, mas também experiências e surpresas desagradáveis. São vias duplas, que funcionam para dentro e para fora.

Quando migrantes se aproximam de um local, estabelece-se um diálogo polêmico entre as duas contrapartes – o migrante e o nativo. Este diálogo pode resultar em *pogroms* e em violência contra o imigrante, o que ocorreu com frequência no passado e ainda ocorre, especialmente em épocas de crise econômica, quando a sociedade está procurando por um bode expiatório; pode resultar em uma transformação do “*Heimat*”; ou na liberação do nativo de todos os seus laços (Flusser, 2007, p. 21). Os *pogroms* não são nada de novo na história da humanidade. Sempre houve grupos que foram alvos de *pogroms* em épocas difíceis, quando a economia estava indo por água abaixo ou quando o nacionalismo etnocêntrico saía das sombras e voltava à luz para assumir um papel importante na História. Por mais bem integrado que o grupo alvo estivesse na sociedade principal, no momento de tensão eram eles que deveriam ser culpados por tudo, e que deveriam sofrer. Quando a Europa ainda era uma sociedade mais heterogênea, sem nações estritamente definidas, eram os judeus que sofriam os *pogroms*, pela simples razão de que eram diferentes. Muitas vezes, aspectos religiosos (“eles mataram Jesus, então toda a maldade no mundo vem deles”), motivos econômicos (os judeus eram ricos, pois eram e ainda são bons negociantes e vendedores) ou o simples prazer da violência eram motivos suficientes. Hoje em dia, como muitos migrantes tentam entrar na Europa ilegalmente, eles se tornam os grupos alvos da violência, seja física ou mental. Os elos mais fracos da cadeia são os que sofrem primeiro e, provavelmente, mais, quando a fúria do nacionalismo os atinge com intensidade máxima.

7. O migrante e o patriotismo

Quando um migrante já está vivendo em um país há um certo tempo, ele adquire o direito de obter a cidadania daquele país. Este período de residência varia de país a país. Na Áustria, o período mínimo de residência para obter a cidadania é de 10 (dez) anos para estrangeiros vindos de países do 3º (terceiro) mundo, ou de 5 (cinco) anos para cidadãos da comunidade europeia ou cônjuges de austríacos (independente de sua nacionalidade). Os solicitantes devem passar por vários processos, em que são testados para verificar se eles realmente merecem receber essa cidadania. Este teste deve ainda mostrar algo sobre o grau de integração do estrangeiro ou migrante à sociedade de adoção. Mas nenhum teste pode mostrar o quão integrada uma pessoa realmente está. Depende muito do ambiente em que o migrante está vivendo. É possível viver em um país por 10 (dez) anos sem fazer qualquer contato real com os nativos, se você permanecer o tempo todo no interior do seu grupo étnico.

Aqueles migrantes que foram capazes de se liberar dos laços que os ligavam ao seu próprio grupo étnico ao ponto de se considerar nativos do país de adoção, mesmo que não se libertem completamente de seus laços, geralmente tornam-se bastante patrióticos em relação ao país de adoção, em algum momento. Eles abrem os olhos e percebem que o seu novo país também tem algo a oferecer. Então, geralmente eles começam a ficar mais patrióticos que os nativos, que geralmente são mais críticos em relação ao próprio país que os cidadãos recém-aceitos, que geralmente têm uma atitude mais positiva em relação ao país. A atitude crítica virá mais tarde, com o passar do tempo. O patriotismo também pode ser crítico.

Bibliografia:

Amnesty International

Turkey: Article 301 is a threat to freedom of expression and must be repealed now!, Amnesty International, 2005, URL:

<http://www.amnesty.org/en/library/asset/EUR44/035/2005/>

- en/7af4fffc-d47d-11dd-8743-d305bea2b2c7/eur440352005en.html (dl: 31.08.2010)
 BBC Court drops Turkish writer's case, London, 2006, URL: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/europe/4637886.stm> (dl: 31.08.2010)
- Euben, J. Peter Critical Patriotism, in: Academe: Who owns your ideas, Vol. 88, No. 5, September – October 2002, American Association of University Professors, Washington, 2002; URL: http://aaup.org/AAUP/CMS_Templates/AcademeTemplates/AcademeArticle.aspx?NRMODE=Published&NRNODEGUID=%7B2EB012FD-8967-4EE9-862B-64B89A82875A%7D&NRORIGINALURL=%2FAAUP%2Fpubsres%2Facademe%2F2002%2FSO%2FFeat%2FEube.htm&NRCACHEHINT=NoModifyGuest (dl: 30.08.2010)
- Flusser, Vilem Wohnung beziehen in der Heimatlosigkeit, in: Flusser, Vilem: Von der Freiheit des Migranten, Europaeische Verlagsanstalt, Berlin, 2007, p. 15 – 34
- Flusser, Vilem Vom Gast zum Gastarbeiter, in: Flusser, Vilem: Von der Freiheit des Migranten, Europaeische Verlagsanstalt, Berlin, 2007, p. 51 – 54
- Flusser, Vilem Brief an Linda Reisch und Peter Glotz, in: Flusser, Vilem: Von der Freiheit des Migranten, Europaeische Verlagsanstalt, Berlin, 2007, p. 113 – 117
- Gaertner, Birgit Hitler boomt nicht nur am Bosphorus, URL: <http://www.heise.de/tp/r4/artikel/19/19766/1.html> (dl: 31.08.2010)
- Hoffmann-Novotny, Hans Migration – Ein Beitrag zur soziologischen Erklarung, Enke Verlag, Stuttgart, 1970
- Montesquieu, Charles Vom Geist der Gesetze, Reclam Verlag, Stuttgart, 1986
- Rousseau, Jean Jaques On the Social Contract, CreateSpace Publishers, Scotts Valley, 2010
- Theis, Wolfgang Subversion, The End of the World?, in: Schreibelmayr, Wolfgang, Theis, Wolfgang (eds.): The Subversion Fair, a handbook for practice in Art Education, Linz, 2009 (in print)



REVISTA PRIMUS VITAM

8